

A Enunciação Aforizante: o caso do gênero manifesto*

The Aphorizing Enunciation: the case of manifesto as a genre

Fernanda Mussalim
(CED/CEPELP - UFU/CNPq / FEsTA)

RESUMO

Dominique Maingueneau, em alguns de seus trabalhos, define dois regimes de enunciação distintos: o textualizante e o aforizante. O regime de enunciação aforizante “destextualiza” o texto, por se caracterizar como um processo que tenta minar a compacidade e a dinâmica de textualização. Com base nesse conceito - e levando-o às últimas consequências -, o intuito deste artigo é analisar um conjunto de manifestos modernistas brasileiros a fim de demonstrar a plausibilidade da hipótese de que esse gênero do discurso pode ser considerado um gênero aforizante, na medida em que se vale, recorrentemente e de maneira abundante, de aforizações.

Palavras-chave: *regimes de enunciação; aforização; gênero do discurso; manifestos modernistas brasileiros.*

* Agradeço ao CNPq pelo apoio concedido.

ABSTRACT

Dominique Maingueneau distinguishes two enunciation regimes in some of his works: the textualizing one and the aphorizing one. The aphorizing enunciation regime “detextualizes” the text in a sense that it can be characterized by a process which tries to mine compacity and dynamics during textualization. Based on such concept as well as taking it into a deeper analysis, the objective of the present text is to analyze a set of Brazilian Modern Art Manifestos in order to demonstrate the plausibility of the hypothesis that such discourse genre may be considered as an aphorizing genre to the extent it is recurrently and abundantly constituted of aphorizations.

Key-words: *enunciation regimes; aphorization; discourse genre; Brazilian Modern Art Manifestos.*

1. Considerações iniciais

Dominique Maingueneau (2006, 2010) define uma categoria de enunciados que denomina de *enunciados destacados*. Esses enunciados se caracterizam, de um modo geral, por serem enunciados curtos, nas modalidades oral ou escrita, que são retirados (destacados) de seu contexto original. Esse destacamento, entretanto, não acontece de maneira indiferenciada em um texto; alguns fragmentos, em função de características de diversas ordens, são (mais) suscetíveis à operação de destacamento. Esse fenômeno foi inicialmente chamado por Maingueneau de *sobreasseveração*. No entanto, devido à insuficiência dessa noção para descrever/analisar o funcionamento efetivo dos enunciados destacados, o autor introduz um novo conceito - o de *aforização* -, que designa um regime enunciativo específico cujo efeito é “destextualizar” o texto, por minar a compacidade da textualização.

Com base nesse conceito - e levando-o às últimas consequências -, o intuito deste artigo é analisar alguns dos principais manifestos modernistas brasileiros (*Manifesto Antropófago*; *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*; *Manifesto do Grupo Verde Cataguases*; *Manifesto para não ser lido*) e dois outros textos de autores modernistas que mobilizam a cenografia do manifesto (*Prefácio Interessantíssimo* de Mário de Andrade; *Procura da Poesia* de Carlos Drummond de Andrade), a fim de demonstrar a intensa recorrência de aforizações nesses textos e, em

função disso, verificar a plausibilidade de se sustentar a hipótese de que o manifesto pode ser considerado um gênero do discurso aforizante. Para proceder à análise, verificaremos, ponto a ponto, em que medida as sete características apresentadas por Dominique Maingueneau (2010) como caracterizadoras do regime de enunciação aforizante, também podem ser reconhecidas em vários trechos do *corpus* analisado.

2. Fundamentação teórica

De acordo com Dominique Maingueneau, os enunciados destacados - slogans, máximas, manchetes de artigos de imprensa, intertítulos, citações célebres etc. - apontam, em seu conjunto, para a existência de duas classes bem diferentes de destacamento:

- i) o destacamento “por extração de um fragmento de texto, quando nos encontramos em uma lógica de citação” - é o caso, por exemplo, das manchetes de artigos de imprensa e de intertítulos (Maingueneau 2010: 10);
- ii) o destacamento constitutivo - que é, particularmente, o caso “dos provérbios, dos slogans, das máximas e de todas as formas sentenciosas que não possuem contexto situacional nem cotexto original” (Maingueneau 2010: 10). Entretanto, a autonomia desses tipos de enunciados que constituem essa classe de destacamento é apenas aparente, pois, na verdade, eles não aparecem isolados, mas comumente inseridos em textos que derivam de gêneros.

O destacamento não acontece de maneira indiferenciada em um texto - alguns fragmentos, em função de características de diversas ordens, são (mais) suscetíveis à operação de destacamento. Um enunciado se apresenta como destacável, entre outras coisas, por suas propriedades enunciativas; por sua forte ligação com a temática central do artigo; por ocupar um lugar privilegiado no texto (as últimas palavras, por exemplo); por seu caráter generalizante, que propõe uma norma.

Esse fenômeno foi inicialmente chamado por Maingueneau de “sobresseveraço”, uma modulação da enunciação que formata um fragmento como candidato à destextualização, isto é, como candidato a instituir uma tensão com a dinâmica de textualização, que tende a integrar os constituintes do texto em uma unidade orgânica. No

entanto, devido à insuficiência dessa noção para descrever/analisar o funcionamento efetivo dos enunciados destacados, que têm um estatuto pragmático distinto de outros enunciados do texto, Maingueneau introduz o conceito de “aforização” ou “enunciação aforizante”, de onde decorrem os enunciados destacados, para designar um regime enunciativo específico que mina a compacidade da textualização.

Em um texto intitulado “Aforização: enunciados sem texto?” (2010), o autor opõe a *enunciação aforizante* à *enunciação textualizante*, apresentando as características que as distinguem. Uma dessas diferenças diz respeito à instância subjetiva implicada por cada um desses regimes enunciativos. Na enunciação textualizante, não nos relacionamos com Sujeitos, mas com facetas pertinentes para a cena verbal, em que a responsabilidade do dizer é partilhada e negociada. Na enunciação aforizante, por sua vez, o locutor não é apreendido por tais facetas, mas em sua plenitude imaginária, como uma instância que fala a uma espécie de auditório universal.

Uma segunda distinção posta por Maingueneau entre os dois regimes enunciativos aqui em questão refere-se ao que ele denomina de jogos de linguagem. Um texto articula uma rede de pensamentos por meio de jogos de linguagem de diversas ordens - narrar, argumentar, responder a uma pergunta etc. Na enunciação aforizante, diferentemente, “o enunciado pretende exprimir o pensamento de seu locutor, aquém de qualquer jogo de linguagem; nem resposta, nem argumentação, nem narração, mas pensamento, dito, tese, proposição, afirmação soberana...” (Maingueneau 2010: 14).

Outra diferença é que os textos tendem a estratificar planos enunciativos - diferentes figuras de enunciador (a autocorreção, a concessão, p. ex.); diferentes status polifônicos (citações, paráfrases); enunciados embreados e desembreados etc. Na aforização, por sua vez, “o enunciado tende à homogeneidade, sem mudanças de planos enunciativos” (Maingueneau 2010: 14).

Uma quarta diferença diz respeito às oposições midiológicas. De acordo com Maingueneau (2010), todo texto implica uma forma de subjetividade que varia segundo os suportes e modos de circulação. A enunciação aforizante tem a pretensão de ignorar as oposições midiológicas e se instaurar como uma forma de dizer pura, próxima de uma consciência.

Outra diferença: o texto excede a dimensão propriamente verbal, no sentido de que, por exemplo, na modalidade oral, ele é um elemento num fluxo de comunicação que congrega também gestos, entonações, roupas etc. A aforização, por sua vez, pretende escapar ao fluxo de comunicação e ser pura fala.

A sexta diferença que Maingueneau elenca entre *enunciação textualizante* e *enunciação aforizante* é que a primeira é uma enunciação que resiste à apropriação por uma memória; o autor diz - “é preciso ser ator ou bardo profissional para memorizar textos inteiros” (Maingueneau 2010: 14). A aforização, ao contrário, se dá como parte de uma repetição constitutiva, alimentando “a utopia de uma fala viva sempre disponível, que atualiza o “memorável”” (Maingueneau 2010: 14).

Todas essas características da enunciação aforizante, que dizem respeito, em última instância, à pretensão de escapar à órbita da textualização, instauram um *ethos*¹ de locutor que está no alto (e essa é a sétima característica), legitimado pelo status de um indivíduo em contato com uma Fonte transcendente, que o instaura como Sujeito de pleno direito, livre de qualquer negociação, comumente implicada num fluxo de comunicação.

Ainda em suas reflexões em torno do regime de enunciação aforizante, Maingueneau afirma que alguns gêneros de discurso, particularmente no interior do discurso religioso, favorecem o acúmulo de aforizações por justaposição. Analisando a peroração de um sermão (parte de uma homília pronunciada na transmissão de “Le jour du Seigneur” a 15 de agosto de 2007), o autor comenta que

1. De acordo com Maingueneau (2002: 98) todo texto, oral ou escrito, possui um *ethos*, uma vocalidade (ou tom), que permite remetê-lo a uma fonte enunciativa que dá autoridade ao que é dito, isto é, a uma “instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito”. Essa instância subjetiva que atesta o que é dito não está relacionada a um autor efetivo; trata-se de uma representação que o leitor faz do enunciador a partir de índices textuais de diversas ordens - léxico, estrutura sintática etc. O *ethos* ainda compreende, além da vocalidade (ou tom), mais duas dimensões: o caráter e a corporalidade. O caráter corresponde ao conjunto de traços “psicológicos” que o leitor-ouvinte atribui à figura do enunciador, em função do seu modo de dizer. A corporalidade, por sua vez, corresponde a uma representação da compleição do corpo do fiador, inseparável de uma maneira de se vestir e se movimentar no espaço social.

O locutor, que entende estar enunciando em comunhão com Deus e Maria, mostra pragmaticamente essa comunhão produzindo uma série de aforizações que são como profissões de fé, na maior parte das vezes, emprestadas do Evangelho e facilmente identificadas pelos fiéis. (Maingueneau 2010: 21)

Esse modo de funcionamento da enunciação (enunciar em comunhão com Deus e Maria) ocorre, na verdade, por se tratar de um discurso constituinte. Maingueneau (2006a, p. 34) afirma que os discursos constituintes se definem “pela posição que ocupam no interdiscurso, pelo fato de não reconhecerem discursividade para além da sua e de não poderem se autorizar senão por sua própria autoridade”. Eles se definem como zonas de fala entre outras zonas de fala e como falas que se pretendem sobre as outras. São discursos que se constituem tematizando a própria constituição, isto é, que se constituem autorizando/legitimando a posição que ocupam no interdiscurso. Exemplos de discursos constituintes são o literário, o filosófico, o científico e o religioso. Esses discursos são assim definidos porque dispõem da mais forte autoridade: o discurso religioso fala em nome de Deus; o científico em nome da Razão; o literário em nome do Belo, e assim por diante. Para autorizarem a própria autoridade, falam em nome de uma Fonte legitimadora que, supostamente, encontra-se “fora” deles, mas que, na verdade, é gerida pelo próprio discurso.

Essa natureza constituinte de alguns discursos parece explicar, ao menos em alguma medida, o espaço privilegiado que tem o regime de enunciação aforizante em gêneros produzidos no interior desses discursos. Uma maneira de o enunciador de um discurso constituinte gerir essa “constituência” é apresentar sua fala como vinda de Outro, da Fonte (uma instância enunciativa fiadora da discursividade), sem, contudo, atribuí-la plenamente a esse Outro. A enunciação aforizante apresenta características privilegiadas (o locutor é apreendido como uma instância que fala a um auditório universal; o *ethos* é de um locutor que está no alto; a aforização escapa a qualquer jogo de linguagem e tende à homogeneidade; ela tem a pretensão de se instaurar como uma forma de dizer pura, próxima de uma consciência e de escapar ao fluxo de comunicação; alimenta a utopia de uma fala sempre disponível, que atualiza o memorável), que, em conjunto, permitem, em se tratando de discurso constituinte, pôr em cena um Sujeito de pleno direito, que

emerge da fala do enunciador desse discurso (constituente), legitimando, pragmaticamente, esse Sujeito e instaurando um *ethos* de locutor que está no alto, em contato com uma Fonte transcendente.

Considerando, pois, todo esse quadro teórico apresentado até aqui e assumindo que todo discurso sobre a arte, na esteira do discurso literário, que é constituente, funda-se sobre essa mesma natureza, procederei à análise do *corpus* com o intuito de demonstrar, conforme já apontado anteriormente, a presença recorrente de aforizações nesses textos. Posteriormente, buscarei verificar a plausibilidade de se sustentar a hipótese de que o manifesto pode ser considerado um gênero do discurso aforizante, em virtude desse representativo número de aforizações encontradas nesses textos. Para verificar essa hipótese, entretanto, um deslocamento deverá ser feito: o deslocamento do nível do texto para o nível do gênero.

3. Análise

Teles (1997) faz uma seleção e apresentação crítica do que considera os principais textos e manifestos da vanguarda europeia e do modernismo brasileiro. A seleção desse crítico literário contempla os seguintes manifestos modernistas brasileiros: *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1924) de Oswald de Andrade; *Manifesto regionalista* (1926/1952)² de Gilberto Freyre; *Manifesto do Grupo Verde de Cataguazes* (1927) de vários autores; *Manifesto antropófago* (1928) de Oswald de Andrade; *Manifesto Nhengaçu verde amarelo* (1929) de vários autores; *Manifesto para não ser lido* (1946) de Erasmo Pilotto. Dos seis manifestos considerados como mais representativos do Modernismo brasileiro, selecionamos quatro para análise (aqueles que mais recorrentemente mobilizam aforizações), além de dois outros textos de autores modernistas que mobilizam a cenografia do manifesto (*Prefácio Interessantíssimo* de Mário de Andrade; *Procura da Poesia* de Carlos Drummond de Andrade), conforme já esclarecido nas *Considerações iniciais* desse artigo.

2. De acordo com Gilberto Freyre, o manifesto foi lido em 1926, no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, mas somente foi publicado em 1952.

Passarei a seguir às análises, verificando ponto a ponto, nesta seção, as sete características apresentadas por Dominique Maingueneau como caracterizadoras do regime de enunciação aforizante, e que, como será possível perceber, também podem ser reconhecidas em vários trechos do *corpus* analisado.

É possível perceber nos textos de manifestos modernistas analisados a ocorrência de um processo de fragmentação decorrente:

i) do modo de paragrafação, que mina com o processo de encadeamento entre enunciados, conforme ilustrado pelo trecho a seguir:

- (1) Este manifesto não é uma explicação. (...)
Nem é uma limitação dos nossos fins e processos porque o moderno é inumerável.
Mas é uma limitação entre o que temos feito e o monte do que os outros fizeram.
Uma separação entre nós e a rabada dos nossos adesistas de última hora, cuja adesão é um desconforto.
(Manifesto do Grupo Verde de Cataguases³. In: Teles 1997: 349)

ii) da divisão gráfica de trechos, que separa enunciados relacionados entre si em tópicos independentes:

- (2) Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.

Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.

(Manifesto Antropófago⁴. In: Teles 1997: 353)

iii) da natureza da estruturação sintática dos enunciados que, constituída por inúmeros sintagmas nominais independentes e períodos simples justapostos, produz um efeito de enumeração de divisas:

3. Publicado originariamente no número 3 da Revista *Verde*, de Cataguazes (MG), em novembro de 1927.

4. Publicado por Oswald de Andrade, originariamente, no primeiro número da *Revista de antropofagia*, São Paulo, em novembro de 1928.

- (3) O lado doutor. Fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens. O bacharel. Não podemos deixar de ser doutos. Doutores. País de dores anônimas, de doutores anônimos. O Império foi assim. Eruditamos tudo. Esquecemos o gavião de penacho.
(Manifesto da Poesia Pau-Brasil⁵. In: Teles 1997: 326)

Essa fragmentação “inibe” o desenvolvimento de tópicos discursivos, rompendo, pois, com um dos processos básicos de textualização e instaurando, de forma recorrente, um regime enunciativo que “mina a compacidade de textualização”, o qual Maingueneau designou, conforme já esclarecido, de aforização ou enunciação aforizante.

Considerando, então, as características da enunciação aforizante, tais como postuladas por Maingueneau (2010) e apresentadas na seção *Fundamentação teórica* deste artigo, analisarei mais de perto o funcionamento dos textos que compõem o *corpus* de análise.

1) Quanto à instância subjetiva implicada no regime de enunciação aforizante, Maingueneau afirma que o locutor é apreendido como uma instância (uma plenitude imaginária) que fala a uma espécie de auditório universal. Essa característica é recorrente nos manifestos modernistas, sendo os trechos que se seguem bons exemplos disso:

- (4) A Nação é uma resultante de agentes históricos. O índio, o negro, o espadachim, o jesuíta, o tropeiro, o poeta, o fazendeiro, o político, o holandês, o português, o índio, o francês, os rios, as montanhas, a mineração, a pecuária, a agricultura, o sol, as léguas imensas, o Cruzeiro do Sul, o café, a literatura francesa, as políticas inglesa e americana, os oito milhões de quilômetros quadrados...
(Manifesto Antropófago. In: Teles 1997: 363)
- (5) Como a época é miraculosa, as leis nasceram do próprio roteamento dinâmico dos fatores destrutivos.
A síntese.
O equilíbrio.

5. Publicado por Oswald de Andrade, originariamente, no *Correio da Manhã*, em março de 1924.

O acabamento de carroserie.

A invenção.

Uma nova perspectiva.

Uma nova escala.

(Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: Teles 1997: 328)

Nesses trechos de manifesto, a responsabilidade do dizer não é partilhada nem negociada; não são apresentadas ao leitor facetas enunciativas da cena verbal, como ocorre quando estamos diante de um regime enunciativo textualizante. Diferentemente, o leitor se relaciona como uma plenitude imaginária, um Sujeito, que fala, por meio de asserções generalizantes (“A Nação é uma resultante de agentes históricos”; “as leis nasceram do próprio roteamento dinâmico dos fatores destrutivos”) a um auditório universal. Em relação, pois, ao quesito “instância subjetiva”, encontramos-nos diante de um regime de enunciação aforizante.

2) Quanto aos jogos de linguagem, Maingueneau afirma que, no regime enunciativo aforizante, os enunciados pretendem, aquém de qualquer jogo de linguagem (resposta, argumentação, narração), exprimir o pensamento do locutor. Nos trechos (2) (4) e (5) apresentados anteriormente, bem como no trecho (6) a seguir, percebe-se a ausência de sequências argumentativas, narrativas, de respostas a perguntas, isto é, de jogos de linguagem. A ausência desses jogos confere aos enunciados assim estruturados o estatuto de tese, proposição, afirmação soberana:

- (6) A fixação do progresso por meio de catálogos e aparelhos de televisão. Só a maquinaria. E os transfusores de sangue.

(Manifesto Antropófago. In: Teles 1997: 357)

Nesse quesito, pois, novamente nos encontramos diante de um regime de enunciação aforizante.

3) Quanto aos planos enunciativos, na aforização, o enunciado tende à homogeneidade, no sentido de não haver mudanças nesses planos, uma vez que não apresenta diferentes figuras de enunciadador (autocorreção, concessão etc.), nem diferentes status polifônicos (citações, paráfrases), tampouco enunciados embreados e desembre-

ados. Nos trechos de manifestos (4), (5) e (6) já apresentados, bem como no trecho (7) que se segue, o plano enunciativo não se altera, configurando-se, assim, em relação também a esse quesito, como uma enunciação aforizante:

- (7) O Brasil profiteur. O Brasil doutor. E a coincidência da primeira construção brasileira no movimento de reconstrução geral. Poesia Pau-Brasil.
(Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: Teles 1997: 328)

4) Em relação às oposições midiológicas, Maingueneau afirma que a enunciação aforizante tem a pretensão de ignorá-las, instaurando uma forma de dizer pura, próxima de uma consciência, e “ignorando” que todo texto implica uma subjetividade específica, que varia segundo os suportes e os modos de circulação. No caso dos manifestos modernistas, a maioria deles foi originariamente publicada em revistas literárias, mas nem todos, como é o caso do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, publicado no jornal *Correio da Manhã*. Não obstante, apesar da mudança de suporte e, conseqüentemente, nos modos de circulação, nada se altera, nesse manifesto, em termos de funcionamento dos regimes de enunciação.

Um outro ponto a ser considerado, na análise do quesito “oposições midiológicas”, é que parece ser uma constante no discurso modernista brasileiro a mobilização, em diferentes cenas genéricas⁶ (que implicam, portanto, diferentes contratos comunicacionais, diferentes condições de circulação e, às vezes, diferentes suportes), da cenografia do manifesto. O *Prefácio Interessantíssimo*⁷ de Mário de Andrade e o metapoema

6. Dominique Maingueneau propõe uma análise da cena de enunciação, distinguindo três cenas - a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia* - que operam em níveis complementares e afetando-se mutuamente. A *cena englobante* é a que corresponde ao que se costuma entender por tipo de discurso: o religioso, o político, o publicitário, por exemplo. A *cena genérica*, por sua vez, é definida pelos gêneros do discurso. A cenografia constitui o terceiro nível de funcionamento da cena de enunciação e é com ela que o leitor/ouvinte lida diretamente. Instituída pelo próprio discurso, ela é, ao mesmo tempo, “aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual vem a fala é, precisamente, a cenografia necessária para contar uma história, denunciar uma injustiça, apresentar uma candidatura em uma eleição etc”. (Charaudeau & Maingueneau 2004: 96)

7. Prefácio redigido por Mário de Andrade para *Paulicéia Desvairada*, o primeiro livro de poemas do Modernismo brasileiro, publicado em 1922.

*Procura da Poesia*⁸ de Carlos Drummond de Andrade são bons exemplos disso. Na leitura de tais textos, o leitor tem a nítida impressão de estar lendo um manifesto: trata-se de um prefácio e de um poema, mas a fala encenada é de manifesto, de modo que, nesses contextos, também pouco se altera em termos de funcionamento dos regimes de enunciação. Nos dois casos, há uma nítida recorrência aos regimes enunciativos aforizantes, como ilustram os trechos que se seguem:

- (8) Está fundado o Desvairismo.

*

Este prefácio, apesar de interessante, inútil.

*

Alguns dados. Nem todos. Sem conclusões.

(Prefácio interessantíssimo. In: Teles 1997: 299)

- (9) Não faça versos sobre acontecimentos.

Não há criação nem morte perante a poesia.

Diante dela, a vida é um sol estático,

Não aquece nem ilumina.

As afinidades, os aniversários, os incidentes pessoais

não contam.

(Procura da Poesia. In: Teles 1997: 370)

Os dados aqui considerados e comentados atestam uma pretensão de ignorar as oposições midiológicas, no intuito de se instaurar uma forma de dizer pura, próxima a uma consciência. Essa característica é um dos fortes indícios de que estamos diante, mais uma vez, de um regime de enunciação aforizante.

5) Quanto ao fluxo de comunicação, a aforização pretende escapar a esse fluxo, apresentando-se como pura fala. Talvez o caso mais radical, dentre os manifestos modernistas considerados neste artigo, seja o do *Manifesto para não ser lido*⁹. Nesse texto, temos uma sequência de enunciados destacados de textos teóricos de diversos escritores consagrados da literatura mundial, de modo que o resultado é um composto

8. Publicado, em 1944, no jornal *Correio da Manhã* e, posteriormente, em 1945, no livro *A Rosa do povo*.

9. Manifesto da revista *Joaquim* (Curitiba, abril de 1946), de “autoria” de Erasmo Pilotto, um dos diretores da revista fundada por Dalton Trevisan.

de colagens, todas legitimadas pela assinatura de seus grandes autores. A seguir, reproduzimos um trecho desse manifesto:

- (10) Os versos são experiências e é preciso ter vivido muito para escrever um só verso.

RAINER MARIA RILKE

Deveria existir maior variedade de empreendimentos e experiências de que todos participassem. Não sendo assim, as influências que a alguns educam para senhores, educariam a outros para escravos. E a experiência de cada uma das partes perde em significação quando não existe o livre entrelaçamento das várias atividades da vida. Uma separação entre a classe privilegiada e a classe submetida impede a endosmose da experiência. Os males que por essa causa afetam a classe superior são menos materiais e menos perceptíveis, mas igualmente reais. Sua cultura tende a tornar-se estéril, a voltar-se para se alimentar de si mesma; sua arte torna-se uma ostentação espetaculosa e artificial; sua riqueza se transmuda em luxo; seus conhecimentos super-especializam-se; e seus modos e hábitos se tornam mais artificiais do que humanos.

JOHN DEWEY

O vivo interesse que em mim despertam os acontecimentos que se preparam e particularmente a situação da Rússia, me afasta das preocupações literárias. Certamente, acabo de reler *ANDRÔMACA* de Racine com indivisível encanto, porém, no novo estado em que habita o meu pensamento, esses esquisitos jogos não terão mais razão para existir. Eu me repito a mim mesmo sem cessar que a época em que poderiam florescer a literatura e as artes já passou.

ANDRÉ GIDE

(Manifesto para não se lido. In: Teles 1997: 372-373)

Encontramo-nos, aqui, diante da lógica da citação, operação que caracteriza o destacamento por extração de um fragmento de texto. Esse tipo de destacamento, de acordo com Maingueneau, ocorre em função: de suas propriedades enunciativas; e/ou por sua forte ligação com a temática central do artigo; e/ou por ocupar um lugar privilegiado no texto; e/ou por ter um caráter generalizante que propõe uma norma. No caso do manifesto considerado, os trechos citados parecem ter sido destacados de seus textos e cotextos originais devido, fundamentalmente, à temática (todos tematizam questões relativas às artes) e a seu caráter generalizante que propõe uma norma (todos apresentam afir-

mações bastante assertivas sobre os temas de que tratam, o que acaba por conferir a eles um efeito de enunciação de verdades e de normas). A sequencialização de citações (ao todo são sete trechos) com essas características confere ao *Manifesto para não ser lido* o estatuto de palavra de ordem, legitimada pela autoridade dos grandes escritores citados. Tendo, pois, esse estatuto, escapa ao fluxo de comunicação, na medida em que, tendo a pretensão de ser fala pura e fala do alto, mina a possibilidade de interação e de alteridade.

Nessa perspectiva, considerando o quesito “fluxo de comunicação”, estamos novamente diante de um regime de enunciação aforizante.

6) Quanto à apropriação pela memória, a aforização, ao contrário da enunciação textualizante, alimenta a utopia de ser uma fala viva sempre disponível à retomadas e atualizações. Essa utopia, dentre outras coisas, é efeito das próprias características desse regime enunciativo: o locutor é apreendido como uma plenitude imaginária que fala a uma espécie de auditório universal; os enunciados têm a pretensão de exprimir o pensamento do locutor; não há mudanças nos planos enunciativos; tem-se a pretensão de ignorar as oposições midiológicas; pretende-se escapar ao fluxo de comunicação, apresentando-se como fala pura. Tais características acabam por conferir aos enunciados que relevam desse regime enunciativo certa vocação para circularem nas mais diversas condições de produção, serem memorizados, repetidos, reatualizados. Vários trechos dos manifestos modernistas considerados nesse artigo confirmam, em nossa sociedade, essa vocação. A seguir citamos dois desses trechos:

Tupy or not tupy that is the question.
(Manifesto Antropófago. In: Teles 1997: 353)

A poesia existe nos fatos.
(Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: Teles 1997: 326)

7) Quanto ao *ethos* implicado no regime de enunciação aforizante, Maingueneau afirma que a pretensão de escapar à órbita da textualização instaura um *ethos* de locutor que está no alto e que prescinde da negociação, característica das interações.

De acordo com pesquisas anteriormente realizadas (Mussalim 2003, 2010) toda a prática discursiva do grupo dos primeiros modernistas brasileiros, desde sua produção verbal e semiótica até sua movimentação social (da qual cito alguns acontecimentos: a leitura do *Manifesto* no jantar no Trianon, que teve, para esses artistas, um caráter de “toque de reunir” e de primeiro ataque ao adversário; a Semana de Arte Moderna, através da qual o grupo queria realizar a “Revolução sem sangue”, agredindo o gosto oficial, escandalizando e provocando a reação do público, que retribuía com vaias; o movimento dos salões, que instigava boatos de maldizentes a respeito do “caráter” dos novos artistas; e todo o movimento de combate ao passadismo que realizaram na imprensa), conferiu ao enunciador desse discurso certa compleição psicológica com base na qual lhe foi atribuído um *ethos* de “revoltado”, para utilizarmos uma designação do próprio Mário de Andrade¹⁰: revolta-se contra o passadismo, o marasmo intelectual do país, a subserviência aos padrões estéticos europeus; quer-se quebrar regras e destruir velhos valores. Do mesmo modo, o enunciador do discurso modernista ganha “corpo”, move-se por um espaço social imaginário, constituído através de um conjunto de representações sociais - no caso, desvalorizadas - do modo como ele atua nesse espaço: é aquele que se posiciona na brecha como revisionista, desestabiliza e combate a ordem social.

No caso específico dos manifestos modernistas, eles se constituem como uma dentre as várias práticas discursivas desse grupo de artistas, mas têm a especificidade de, por meio da recorrência a sucessivas aforizações, instaurarem palavras de ordem, de modo que o *ethos* que emerge desses manifestos é o de um locutor que prescinde da “negociação”, o que, mais uma vez reforça a hipótese de que, de acordo com as caracterizações de Maingueneau, nos encontramos diante de um regime de enunciação aforizante.

Com base nas análises realizadas até aqui, é possível afirmar que, nos textos de manifestos modernistas brasileiros, há uma grande recorrência ao regime enunciativo aforizante. Essa constatação autoriza a formulação da hipótese central desse artigo, a saber, de que o ma-

10. Assim falou o papa do futurismo. Como Mário de Andrade define a escola que chefia. Publicado originariamente em *A Noite*, em 12/12/1925. In: Batista (1972).

nifesto pode ser considerado um gênero do discurso aforizante. Para melhor sustentar essa hipótese, farei, a seguir, as considerações e os deslocamentos necessários.

4. Manifesto, um gênero do discurso aforizante: rumo a uma possível conclusão

De acordo com Maingueneau (2010), o regime de enunciação aforizante “destextualiza” o texto, no sentido que o autor atribui a esse termo, isto é, como sendo um processo que tenta minar a compacidade e a dinâmica de textualização. Entretanto, para abordar a problemática da enunciação aforizante na instância da cena genérica, isto é, dos gêneros do discurso, é necessário um deslocamento, uma vez que, no nível do funcionamento propriamente textual, a tensão entre textualização e aforização se dá entre enunciados, mas no nível do funcionamento da cena genérica, essa tensão se dá entre gêneros decorrentes de práticas discursivas. Explico-me melhor.

As práticas das comunidades discursivas são comumente realizadas por meio de cenas genéricas textualizantes - em que predomina o regime enunciativo textualizante - mas podem se dar, também, por meio de cenas genéricas aforizantes - em que predomina o regime enunciativo aforizante. A tensão entre esses dois regimes de cenas genéricas é observável quando se considera o grau de “apagamento do Outro” na polêmica instaurada no interdiscurso. A cena genérica textualizante tende a incorporar em sua dinâmica manifestações próprias da interação, colocando em cena, de diversos modos, planos enunciativos que materializam a presença do Outro que a constitui. No caso da cena genérica aforizante, ao contrário, a dinâmica instaurada é a da tentativa de apagamento dessa alteridade, na medida em que há uma pretensão de minar “a força polemizadora do Outro”, em função de características próprias da aforização, predominante nesse regime genérico: a enunciação aforizante, conforme já explicitado, escapa a qualquer jogo de linguagem e tende à homogeneidade; tem a pretensão de se instaurar como uma forma de dizer puro, próxima de uma consciência e de escapar ao fluxo de comunicação. Em decorrência disso, o *ethos* que emerge de gêneros aforizantes é o de um locutor que

prescinde da “negociação” (característica das interações), instaurando a utopia da palavra “pura”.

Conforme demonstrado na seção de análise deste artigo, os manifestos considerados - uma das práticas discursivas do grupo dos artistas modernistas brasileiros – têm a especificidade de, por meio da recorrência a sucessivas aforizações e do *ethos* de locutor que prescinde da “negociação”, instaurarem palavras de ordem que acabam por minar (ao menos essa é a pretensão) “a força polemizadora do Outro”. É dessa perspectiva, pois, que o gênero manifesto pode ser considerado como um gênero do discurso aforizante. Essa hipótese pode ser ainda mais bem especificada nos seguintes termos:

Se, conforme postulado por Maingueneau, o regime de enunciação aforizante “destextualiza” o texto, uma vez que tenta minar a sua compacidade e toda a dinâmica de textualização, no nível de funcionamento da cena genérica, poderíamos supor, por analogia, que a intensa recorrência a esse regime de enunciação “desdiscursiviza” o discurso, na medida em que o gênero aforizante tem a pretensão de minar a dinâmica própria do interdiscurso, ao tentar apagar “a força polemizadora do Outro”.

Em última instância, o que esta minha abordagem busca pontuar é como considerar a problemática dos regimes de enunciação textualizante e aforizante, postulados por Maingueneau (2006, 2010), em diferentes instâncias de manifestação da discursividade: na órbita do texto, em que se considera a tensão entre os regimes textualizante e aforizante no nível da relação entre enunciados; e na órbita do gênero do discurso, em que se considera a tensão entre esses dois regimes enunciativos no nível da relação entre cenas genéricas produzidas como práticas discursivas. Dessa perspectiva, tal abordagem pode vir a contribuir para a reflexão sobre o funcionamento dos gêneros do discurso.

Recebido em: maio de 2013

Aprovado em: novembro de 2013

E-mail: fmussalim@gmail.com

Referências bibliográficas

- BATISTA, Marta Rossetti et al. Orgs.. 1972. *Brasil: 1º tempo modernista - 1917-1929*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. 2006. *Cenas da enunciação*. Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Orgs.. Curitiba: Criar Edições.
- _____. 2010. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, Sírio Possenti. Orgs.. Curitiba: Criar Edições.
- MUSSALIM, Fernanda. *A transposição erudita da barbárie: aspectos da semântica discursiva do modernismo brasileiro*. 2003. Campinas: IEL/UNICAMP. Tese de Doutorado.
- _____. *Uma abordagem discursiva sobre as relações entre ethos e estilo*. 2010. Campinas: IEL/UNICAMP. Relatório de Estágio de Pós-doutorado.
- TELES, Gilberto Mendonça. 1997. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas*. 13. ed. Petrópolis: Vozes.